

Contribuições da educação popular para o trabalho de desconstrução do bolsonarismo no Brasil

Maurício Mogilka¹

RESUMO

No segundo semestre de 2022 praticamente todo o campo progressista e parte expressiva da sociedade brasileira desejavam o fim do governo Bolsonaro. Isto é compreensível: trata-se de um governo que espoliou a cidadania brasileira. Contudo, não podemos esquecer que o fim do governo Bolsonaro provavelmente não será o fim do bolsonarismo, esta nova versão do fascismo brasileiro. Pois o bolsonarismo está enraizado em vários setores do estado e da sociedade brasileira, além do governo federal. Este artigo analisa este contexto, e partindo dele, pretende mostrar que o paradigma de intervenção social denominada Educação popular é uma das adequadas e potentes abordagens para fortalecer o trabalho coletivo de desconstrução do fascismo e de reconstrução da nossa frágil democracia. A opção metodológica utilizada na produção do artigo foi uma proposta reflexivo-existencial, ou seja, uma reflexão rigorosa sobre a experiência do autor com a intervenção social.

Palavras-chave: fascismo; bolsonarismo; educação popular; democracia.

Contributions of popular education to the work of deconstructing bolsonarism in Brazil

ABSTRACT

In the second half of 2022, practically the entire progressive field and a significant part of Brazilian society wanted the end of the Bolsonaro

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (FE/UFBA). Professor Associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atua na extensão universitária, com assessoria e formação em projetos, organizações e movimentos sociais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9441-6140> . E-mail: mmogilka@ufba.br.

government. This is understandable: this is a government that plundered Brazilian citizenship. However, we cannot forget that the end of the Bolsonaro government will probably not be the end of Bolsonarism, this new version of Brazilian fascism. For Bolsonarism is rooted in various sectors of the state and Brazilian society, in addition to the federal government. This article analyzes this context, and based on it, intends to show that the paradigm of social intervention called Popular Education is one of the adequate and powerful approaches to strengthen the collective work of deconstructing fascism and rebuilding our fragile democracy. The methodological option used in the production of the article was a reflective-existential proposal, that is, a rigorous reflection on the author's experience with social intervention.

Keywords: fascism; bolsonarism; popular education; democracy.

Contribuciones de la educación popular a la obra de deconstrucción del bolsonarismo en Brasil

RESUMEN

En la segunda mitad de 2022, prácticamente todo el campo progresista y una parte importante de la sociedad brasileña quería el fin del gobierno de Bolsonaro. Esto es comprensible: este es un gobierno que saqueó la ciudadanía brasileña. Sin embargo, no podemos olvidar que el final del gobierno de Bolsonaro probablemente no será el final del bolsonarismo, esta nueva versión del fascismo brasileño. Porque el bolsonarismo está arraigado en varios sectores del Estado y de la sociedad brasileña, además del gobierno federal. Este artículo analiza este contexto y, a partir de él, pretende mostrar que el paradigma de intervención social denominado Educación Popular es uno de los enfoques adecuados y poderosos para fortalecer el trabajo colectivo de deconstrucción del fascismo y reconstrucción de nuestra frágil democracia. La opción metodológica utilizada en la producción del artículo fue una

propuesta reflexivo-existencial, es decir, una reflexión rigurosa sobre la experiencia del autor con la intervención social.

Palabras clave: fascismo; bolsonarismo; educación popular; la democracia.

*A humanidade ainda não existe,
nós não somos plenamente humanos;
nossa humanidade ainda está por se construir.*

Milton Santos

O CONTEXTO POLÍTICO ATUAL E O ENRAIZAMENTO DO BOLSONARISMO NA SOCIEDADE E NO ESTADO²

Os governos Temer e Bolsonaro representam o período de maior e mais rápida perda de direitos, retração do estado e desestruturação da democracia no Brasil, desde a ditadura empresarial-militar (1964-85). Este artigo analisa este processo e os perigos atuais que nossa frágil democracia corre com a extrema-direita no poder, corroendo a democracia “por dentro”, como será visto mais adiante. O artigo analisa também as possibilidades de reversão deste processo destrutivo. Uma análise mais detalhada dos fatores que levaram ao atual estado de coisas não será feita aqui, pois já foi realizada em artigos anteriores (Mogilka, 2019, 2020).

² A opção metodológica utilizada na produção deste artigo foi uma proposta reflexivo-existencial, ou seja, uma reflexão rigorosa sobre a experiência do autor com a intervenção social e com a militância política ao longo dos últimos trinta anos. Nesta opção, há um diálogo com alguns textos teóricos, indicados nas referências deste artigo. Estes textos ajudaram a fazer uma análise crítica da experiência. Outro elemento importante desta metodologia foi o aproveitamento do contato dialógico e aberto com os agentes sociais e grupos populares atendidos nestas três décadas: eles foram um fator humano de constante aprendizagem para o autor. Finalmente, esta metodologia de construção do texto se coloca claramente como produção textual de caráter político e não neutro. Contudo, político aqui não significa político partidário ou doutrinário, mas ético-político: um discurso ou uma prática que analisa as contradições da realidade, se emancipa de mistificações, propõe alternativas e as coloca em prática coletivamente. Faz isto de forma explícita, pois sabe que toda alteração do real envolve riscos.

Será necessário fazer aqui um breve resgate dos fatos que mostram o perfil do bolsonarismo quando no controle do governo federal, em seus quatro anos de duração. Dentro do quadro global que favoreceu sua ascensão, o governo Bolsonaro assumiu em janeiro de 2019. Suas linhas de atuação confirmaram o que já era esperado e que já vínhamos prevendo desde 2018. Entre elas, a realização ou a tentativa de realização de pautas de extrema-direita, como programa Escola sem partido, a flexibilização do estatuto do desarmamento, a inclusão de militantes de movimentos sociais na lei antiterrorismo, a legalização da violência policial através da lei sobre excludente de ilicitude, o ataque à autonomia universitária.

Com relação ao estado, a tentativa de sua redução para agradar aos setores neoliberais. Posteriormente, o governo demonstrou ambiguidade nesta questão. Privatizações, redução de políticas públicas como o Bolsa Família, inicialmente; A partir de 2021, o governo passa a projetar uma expansão deste programa, já pensando nas eleições de 2022, com o lançamento de um programa substituto, o Auxílio Brasil; Ataque à estabilidade dos servidores públicos, redução de serviços públicos. Contudo, a equipe econômica do governo opera muito mal a agenda neoliberal.

Na área econômica e ambiental, alinhamento com o agronegócio, facilitando licenças ambientais e revisão de reservas indígenas; um imenso aumento no desmatamento da Amazônia e a transferência da reforma agrária para o Ministério da Agricultura. Na política externa, o alinhamento com governos de extrema direita, como EUA (no período do governo Trump), Chile, Israel, Itália e Hungria; enfraquecimento do MERCOSUL e saída do Acordo de Paris.

A equipe de governo demonstrou falta de coesão e harmonia. Seus integrantes se atacam. Não há projeto de governo, mas um conjunto de ações para agradar grupos conservadores e o mercado. O governo tenta fazer as reformas por decreto, o que tem efeito limitado (por exemplo, periodicidade no estatuto do desarmamento, em 2020). O governo tentou manter a imagem de “nova” política que não pratica o fisiologismo. Isto o colocou em choque com o centrão, até que capitulou e assumiu esta aliança para governar.

O governo Bolsonaro resultou do equilíbrio tenso entre quatro forças: neoliberais que aderiram, evangélicos, fascistas

ideológicos (olavistas) e militares. A militarização do governo foi extensa, com grande quantidade de militares nos 1º, 2º e 3º escalões. Isto ocorre entre outros motivos, para tentar impedir a sua queda: “para impedir a usurpação do poder”, nas palavras do próprio Bolsonaro. Aliás, a militarização do estado e da sociedade civil é uma das características de governos de extrema-direita.

Este tipo de poder vive em constante conflito e se alimenta dele. Isto serve como cortina de fumaça para nublur suas dificuldades de governar e sua falta de projeto de país. Enfrentamentos com o congresso e o STF tiveram este intento, e fortaleceram o congresso e produziram um parlamentarismo branco, diminuindo a força do poder executivo.

Assim, a falta de projeto para o país, inclusive a falta até de um projeto de gestão para quatro anos de mandato, explica porque o bolsonarismo se envolve em conflito após conflito: com o judiciário, congresso, OAB, campo progressista, China... Estes conflitos dão a falsa impressão a seus simpatizantes que o governo não governa porque estas forças não permitem. Além disto esta sequência de conflitos satisfaz uma necessidade psico-política da extrema-direita: a presença da guerra constante, a criação interminável de inimigos, capazes de alimentar subjetividades reprimidas, ressentidas e infelizes, principal base subjetiva da extrema-direita.

A extrema-direita bolsonarista também tem uma relação ambígua com a direita neoliberal. Estas duas vertentes da direita se alinham em algumas pautas, como privatizações e reformas conservadoras, como a da previdência, trabalhista e administrativa; mas se opõem em outras, como o projeto Escola sem partido e os ataques aos direitos das mulheres, dos negros e da comunidade LGBT. Além disto parte da economia neoliberal se aliou ao governo e parte não, especialmente setores do empresariado mais ligados à burguesia política, que quer voltar à presidência, posto perdido desde o fim do governo Fernando Henrique Cardoso.

Ao contrário do que normalmente pensamos, o bolsonarismo possui um núcleo pensante que é inteligente e sagaz: possui inteligência estratégica apurada e sabe usar bem as crises como fatores fortalecedores do governo. Um exemplo disto é como ele usou em proveito próprio a pandemia de Covid-19. O bolsonarismo

tem um projeto político de largo alcance. Não é um projeto para um ou dois mandatos.

No segundo semestre de 2022 praticamente todo o campo progressista e parte expressiva da sociedade brasileira desejavam o fim do governo Bolsonaro. Isto é compreensível: trata-se de um governo que espoliou a cidadania brasileira. Contudo, não podemos esquecer que o fim do governo Bolsonaro provavelmente não será o fim do bolsonarismo, esta nova versão do fascismo brasileiro. Pois o bolsonarismo está enraizado em vários setores do estado e da sociedade brasileira, além do governo federal.

Está em inúmeras prefeituras e governos estaduais; em câmaras municipais, assembleias legislativas e no congresso nacional, por exemplo, nas eleições de 2022, o PL, partido de Jair Bolsonaro, elegeu 99 deputados federais, tornando-se o maior partido da câmara federal, com quase 20% do seu efetivo (513 deputados). O bolsonarismo também está enraizado em parte das polícias, dos meios de comunicação e redes sociais. Assim o governo que assume em janeiro de 2023 herda um contexto político no qual a hegemonia fascista só em parte perde poder com a perda do governo federal. Ou seja, o retorno pelo menos à precária democracia representativa que o Brasil possuía até maio de 2016 será uma luta longa. Provavelmente irá durar muitos anos e muitas eleições.

Outro ponto problemático é que o novo governo herdará um orçamento público altamente comprometido e endividado pelos gastos irresponsáveis do governo Bolsonaro, inclusive a PEC eleitoreira dos benefícios, aprovada em julho/2022. Somando isto a um cenário macro econômico recessivo, o novo governo terá que lidar com a responsabilização por uma crise econômica que ele não criou. Essa responsabilização encontrará forte eco junto ao cidadão menos politizado e provavelmente provocará uma injusta queda nos índices de popularidade do governo, Lula, como ocorreu com o governo Biden, nos EUA, em 2022.

Esta herança econômica deficitária constitui um fato econômico contraditório. No caso brasileiro isto é bem visível. O governo de extrema-direita faz uma má gestão econômica, no nosso caso, pela ampla incompetência na área. Por um lado, ao perder a reeleição, o novo governo sofrerá os impactos desta má gestão. Se

não conseguir recuperar a economia em quatro anos, poderá ser derrotado nas próximas eleições e a extrema-direita voltar ao poder. Ou seja, dialeticamente, a extrema-direita é beneficiada (politicamente) pela própria incompetência (econômica). A má gestão cria um débito para a sociedade, que poderá se transformar em crédito para a volta ao poder.

A causa desta dialética perversa é a dificuldade que muitos eleitores tem em fazer uma leitura mais crítica da relação política-economia. A causa desta dificuldade, ou seja, a causa da causa, são as estruturas históricas de opressão que mantém parte considerável da população alienada, tanto da compreensão de como a sociedade funciona, como da participação direta no Estado (definindo e controlando políticas públicas, por exemplo). O bolsonarismo soube se aproveitar muito bem das lacunas, inclusive ocupando brechas que nem os neoliberais exploraram a seu favor (como a homofobia e o machismo).

Isto ocorre porque o neoliberalismo e fascismo são políticas em parte diferentes (embora setores da burguesia, predatoriamente, saibam se aproveitar de ambas, como o agronegócio). Não está sendo afirmado aqui que os governos neoliberais tenham um profundo compromisso com a superação das opressões de gênero. O que se afirma é que a política neoliberal não auferir dividendos políticos do incremento do machismo e o fascismo sim. Aliás este é um dos pilares de sustentação de uma base nacional de apoio ao bolsonarismo.

Ainda no segundo semestre de 2022 o governo Bolsonaro intensificou as estratégias que já vinha usando antes, acrescentadas de mais algumas. Isto no intuito da reeleição. Entre estas estratégias, a intensificação da aliança com o centrão, a já citada PEC eleitoreira dos benefícios, ameaças e ataques contra pessoas do PT, ataques à democracia, descredibilizarão do sistema eleitoral, ameaça de golpe militar. Diante da dificuldade de deflagrar e manter um golpe militar, o governo Bolsonaro e o bolsonarismo utilizaram abundantemente a narrativa do golpe.

Não podemos dizer que um golpe militar seja impossível, mas improvável, tanto pela resistência interna como pela pressão internacional (falta de apoio dos EUA, por exemplo). Daí a saída seria

um golpe civil-paramilitar, nos moldes do que ocorreu nos EUA em 6 de janeiro de 2021, com a invasão do capitólio.

Por isso o bolsonarismo vem armando sua base de apoio, através da flexibilização no licenciamento de armas para caçadores, atiradores e colecionadores (CAC'S). Este contingente da população (CAC'S) já contava, em julho de 2022 com 595.000 pessoas, enquanto que as forças armadas possuíram 260.000 e a polícia militar, 400.000³. Se agirem coordenadamente seriam a maior organização armada do Brasil.

Os CAC'S não têm o mesmo treinamento tático e estratégico para o combate que as forças armadas e policiais tem. Mas se o bolsonarismo tentar um golpe paramilitar usando os CAC'S as forças armadas defenderão a constituição e a democracia, como é o seu dever legal? Isto é uma incógnita, inclusive porque o posicionamento do alto oficialato das forças armadas, sobre o tema do golpe, heterogêneo, é uma caixa-preta. Há falas aqui ou ali, a favor do golpe ou a favor da constitucionalidade, por parte de diferentes generais. Mas não há um posicionamento coeso, público, de cada um dos subgrupos que provavelmente compõem o alto oficialato sobre o tema do golpe (contra, a favor e indecisos).

Por isto tudo, é importante que o novo governo e sua base de apoio no congresso revejam a legislação aprovada sobre compra de armas no governo Bolsonaro. E que também, por lei, obriguem os CAC'S a devolver as armas compradas. Isto terá de ser feito com o apoio do STF, pois haverá questionamento judicial. Caso não haja este desarmamento, os CAC'S continuarão a ser uma sombra sobre a democracia. Uma constante ameaça, o braço armado de uma tentativa de golpe civil-paramilitar. Os CAC'S podem constituir um verdadeiro exército golpista de reserva, para parafrasear Marx. Ou seja, um contingente de seres humanos que, mesmo sem entrar em ação, exercem constante pressão sobre outros grupos sociais, tendo como resultado um estado de coisas favorável a algum grupo opressor.

Não devemos nunca esquecer a história. O fascismo clássico neste ponto serve de referência ao bolsonarismo, apesar de algumas

³ Dados divulgados pelo jornal Folha de São Paulo, Edição de 21/07/2022.

diferenças em outros pontos. Nos anos 1920, o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália armaram grupos de cidadãos, as milícias fascistas. Elas tinham a função de atemorizar a população e perseguir grupos de oposição à extrema-direita. Isto ocorreu antes inclusive destes fascismos conseguirem o controle do estado e das forças armadas, e continuou depois.

Mas se a possibilidade de golpe, militar ou paramilitar, é improvável, por que o bolsonarismo insiste nele? Por que a narrativa do golpe é mais interessante que o próprio golpe, e não tem o ônus que ele tem. A narrativa do golpe tem mesma função que os atos de vandalismo e invasão às sedes dos três poderes ocorridos em Brasília em 12/12/2023 e 08/01/2023: manter inflada e fiel uma militância fascista fanática. Constantes conflitos e ameaças à constitucionalidade democrática mantém esta base social de apoio viva e ligada ao bolsonarismo, já que ela pode, em tese, ser cooptada por outros setores da direita. Esta base social de apoio, juntamente com o financiamento de parte do empresariado, constitui um dos maiores capitais políticos de bolsonarismo. O risco de sua perda ou diminuição comprometeria os objetivos políticos da extrema-direita para as eleições de 2024 e 2026.

Assim é grande a responsabilidade dos novos governos progressistas ou de coalizão na superação dos desafios sociais e econômicos postos no momento contemporâneo, para a superação futura da hegemonia política fascista e para a superação do seu enraizamento na sociedade civil.

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA O TRABALHO DE DESCONSTRUÇÃO DO BOLSONARISMO

Em função do contexto colocado acima, pretendemos mostrar que o paradigma de intervenção social denominada educação popular⁴ é uma das adequadas e potentes abordagens para

⁴ Os dois maiores centros de produção teórica sobre a educação popular no Brasil são PPG-Educação da UFPB, em João Pessoa-PB, e o PPG-Educação da UNISINOS, em São Leopoldo-RS. Alguns autores tem um trabalho teórico, nestes centros e em outros, muito valioso nestas duas últimas décadas, como Alfredo Scocuglia, Eymard Vasconcelos,

fortalecer o trabalho coletivo de desconstrução do fascismo e de reconstrução da nossa frágil democracia. Para isso é necessária uma difusão maior deste paradigma junto aos movimentos sociais democráticos e demais segmentos da sociedade brasileira, de uma forma colaborativa com as demais abordagens críticas que têm sido usadas, inclusive a marxista.

A educação popular é tributária do humanismo crítico. Aqui este conceito é tomado para denominar uma abordagem ampla, e não apenas uma teoria. Esta grande abordagem, muito plural, se refere a diferentes autores ou correntes, desde que possuam características do humanismo crítico. Tais características são:

- 1) A centralidade do bem-estar de todos os seres humanos do planeta, na definição de políticas, finalidades e ações;
- 2) A crença na capacidade do ser humano, desde que encontre condições mínimas, se autogovernar coletivamente, não precisando de um poder externo para comandá-lo (classe dominante, tiranos, tecnocracia, religiões conservadoras; partidos);
- 3) A crença na capacidade do ser humano, ao se humanizar, desenvolver valores e formas de convivência solidárias, justas e identificadas com o bem comum e com as necessidades dos outros;
- 4) A ideia segundo a qual a realidade é transformável e não estática;
- 5) Trabalhar, na teoria e na prática, com os seres humanos concretos e não com uma essência abstrata e ideal de humanidade;
- 6) O princípio de que a transformação da realidade social é consequência da ação coletiva, e não de discursos, pensamentos ou afetos; contudo, as práticas humanas não se convertem em práxis sem o auxílio de discursos, ideias e afetos que transgridam de alguma forma o que está estabelecido pelo sistema opressor;
- 7) As teorias precisam contribuir na transformação da realidade, beneficiando a qualidade de vida dos setores populares nas sociedades contemporâneas; para atingir este engajamento, os teóricos precisam ser simultaneamente ativistas sociais, inseridos

Carlos Rodrigues Brandão, Moacir Gadotti, Danilo Streck, Victor Valla; João-Francisco de Souza; há muitos outros com trabalhos do maior valor, que não serão citados aqui por falta de espaço.

em algum projeto, comunidade ou movimento social com o qual se identifiquem; sem isto, fica comprometida a articulação teoria-prática-sensibilidade.

- 8) O humanismo crítico é otimista: um otimismo crítico e não ingênuo. Seus agentes políticos, diante das situações socialmente mais adversas, não se entregam ao pessimismo, negativismo ou fatalismo. Diante de tais situações se perguntam, junto com a população: "O que podemos fazer para melhorar isto?"; "Como podemos superar e resolver este problema?"; Estes agentes sabem que o pessimismo, introjetado nos oprimidos, é um dos mais eficazes instrumentos do poder simbólico dominador. Se os oprimidos não confiam em suas próprias capacidades de práxis, isto permite uma enorme economia de energia por parte dos opressores.

Em função desses princípios, o humanismo crítico faz as associações entre o trabalho social e estruturas sócio-políticas com um horizonte teórico mais extenso, em comparação com as correntes teóricas deterministas. Assim, podemos realizar as articulações citadas sem incorrer em perspectivas reducionistas, que estabeleçam uma hierarquia entre práxis e estruturas políticas: processos de libertação política não estão desvinculados do desenvolvimento pleno dos seres humanos, ou seja, da humanização. Isto é condição fundamental para que transformações efetivas na realidade sejam possíveis, e não se restrinjam aos aspectos econômicos ou políticos-estatais, produzindo, assim, novas formas de opressão.

Inspirada por estes princípios, as teorias da libertação, entre as quais se localiza a educação popular, surgiram entre o fim dos anos 50 e a década de 60 do século 20, na América Latina. Suas contribuições para estruturação de práticas de educação não-formal, para o surgimento inúmeros movimentos sociais e para o fortalecimento de movimentos já existente é riquíssima.

As teorias da libertação atuam a partir de uma ótica e de uma ética que é diferente da lógica excludente e elitista do capitalismo. Contudo elas também diferem em alguns pontos essenciais da lógica marxista-leninista, embora tenham convergência com esta teorização revolucionária em outros aspectos. As teorias da libertação estimulam uma real participação popular e o desenvolvimento, na própria práxis,

das capacidades humanas. Estas duas características permitem a todos participar da construção de novos projetos políticos, e são qualidades peculiares e preciosas nestas teorias.

Além disto, estas teorias tem um horizonte utópico apreciável, que as caracterizam como instrumentos importantes para expandir e humanizar as lutas sociais que travamos hoje, bem como para fertilizar o surgimento de outros movimentos que podem surgir e reforçar todos aqueles que lutam por um mundo melhor e efetivamente mais democrático. Não podemos esquecer que o sucesso da extrema-direita depende em parte de um solo subjetivo desumanizado e sem perspectivas e nem autonomia.

Apesar de alguns textos indicarem o início dos anos 60, a educação popular surge já no fim dos anos 50, a partir do trabalho teórico e das experiências com educação de adultos realizadas por Paulo Freire e seus colaboradores, em Recife e depois em outros municípios do nordeste, como Angicos e Natal. Este processo posteriormente irá se expandir pelo país, com o apoio da UNE, das correntes progressistas da igreja católica, das universidades e do Governo João Goulart, que irá convidar Paulo Freire para coordenar o PNA, Plano Nacional de Alfabetização, uma das reformas de base deste governo progressista.

A educação popular, desde as suas origens, é colaborativa, agregadora e integrativa, e não competitiva. Contudo, ao trabalhar com ela, não podemos perder a criatividade que nos leva a fazer a crítica responsável e construtiva aos outros paradigmas críticos; inclusive porque a educação popular está constantemente lançando sobre si mesma esta consciência crítica, em um processo de autocrítica que explica em parte a contínua revisão, atualização e principalmente, seu não-enrijecimento dogmático.

Esta ausência de dogmatismo e a iconoclastia da educação popular estão na base de uma de suas características mais fortes, fundamental à democracia participativa: sua enorme capacidade de dialogar com os mais diferentes discursos, sejam eles científicos ou populares, tradicionais ou modernos, artísticos ou midiáticos. Com isto, além de respeitar o discurso e as referências do outro, sem dissolver as referências do outro nas suas próprias referências, a educação popular está constantemente aprendendo, se nutrindo da

diferença, se enriquecendo. Este processo de alteridade aprendente depende de uma outra característica da educação popular: a humildade, que jamais é confundida com submissão. Sem esta alteridade aprendente, frequentemente matamos a diferença que poderia nos fazer crescer.

Contudo, esta abertura à alteridade, tão fundamental à construção da democracia participativa, não significa uma abertura total a tudo. Pois se assim fosse, estaríamos abertos ao racismo, ao machismo e a outras formas de opressão. A educação popular aceita examinar, escutar atentamente qualquer discurso, inclusive porque se não escutar não pode contribuir para desconstruí-lo. Mas escutar qualquer coisa não é aceitar qualquer coisa.

Contudo aí há uma grande diferença entre este paradigma e outros paradigmas críticos. Nestes, o critério do que é aceito ou rejeitado é o grau de identidade com as premissas do paradigma. Isto significa que ao longo das décadas este paradigma permanecerá mais ou menos semelhante a si mesmo, pois não consegue se alimentar, antropofagicamente, da diferença.

Diferente disto, desta lógica da identidade, a educação popular não rejeita a priori nenhum valor ou discurso, mas também não cai no relativismo que muitas vezes é conivente com a opressão por aceitar tudo como válido. Isto é possível porque o critério do que é aceito ou rejeitado não é a identidade com as premissas internas deste paradigma, mas o quanto aquele valor, discurso ou prática é libertador ou/e humanizador⁵, após profundo e sincero exame.

⁵ Humanização é entendida a partir de duas características: 1. O desenvolvimento do ser humano em todas as suas capacidades, dimensões e possibilidades, desde que não levem ao sofrimento ou opressão de si mesmo, de outros seres humanos ou outras formas de vida; 2. A obtenção do contexto social e cultural que permite o exercício pleno do ser humano em seus direitos e necessidades básicas, como moradia, saúde, trabalho digno, educação, cultura, direito à diferença. Já o fenômeno da libertação é entendido como libertação de todas as pessoas de uma sociedade, de todas as carências materiais, a não ser aquelas que atingem a todos, indistintamente; libertação de todas as formas de opressão política, de todos os privilégios e, por extensão, das desigualdades sociais; libertação de todas as limitações de acesso à cultura, à saúde e à educação de qualidade; libertação da escravidão mental, representada por preconceitos de qualquer natureza e por ideologias que visam manter as pessoas, especialmente os trabalhadores, presos aos interesses de outros.

Outra questão importante quanto ao uso da educação popular na desconstrução do fascismo é o fato de que alguns grupos, organizações e projetos que trabalham com este paradigma não compreendem o que ele é. A educação popular é uma abordagem bem mais complexa do que parece. Ela é muito simples e muito complexa. Além das dificuldades conceituais e metodológicas, há dificuldades ontológicas, ou seja, a educação popular não é só uma maneira diferente de entender e praticar o trabalho político em educação, ela é uma nova maneira de ser e imagina novos mundos.

A educação popular anuncia novas subjetividades, e depende delas para atuar na realidade de forma libertadora. Assim ela anuncia novos mundos e trabalha, sempre no coletivo, para que eles tenham a chance de vicejar. Ela propõe, geralmente de forma não-explicita, subjetividades radicalmente humanizadas. Ser mediador da educação popular é se dar o direito de se humanizar, e buscar as condições sociais para que isto se realize, para nós e para nossos semelhantes.

Por isto, dificuldades no compreender, no fazer e no ser dos agentes sociais dificultam a realização das potencialidades da educação popular: o projeto social é dirigista e a educação popular é basista; a liderança é egocêntrica e a educação popular é holocêntrica (centrada no coletivo); o projeto concentra poder, a educação popular distribui poder. Assim, para que a educação popular possa mostrar sua força, estas dificuldades precisarão ser trabalhadas pelos agentes sociais e gestores, especialmente aquelas mais complexas: as ontológicas ou subjetivas (que dizem respeito ao ser das agentes sociais. Estas dificuldades conceituais, metodológicas e subjetivas levam a uma diminuição na potência libertadora da educação popular, tão fundamental neste momento de enfrentamento com o fascismo.

Contudo estas dificuldades levam também a uma outra atitude: a tentativa de reduzir a educação popular a mera metodologia ou "instrumento" ou "ferramenta". Esta redução é muito frequente à direita e à esquerda: de grupos do terceiro setor, braço social do capital, a coletivos da esquerda dirigista. Nesta atitude, a educação popular é vista como uma ferramenta que pode ser acoplada" à teoria ou ideologia do projeto. Assim, os agentes políticos podem continuar sendo o que são, tendo suas finalidades e

valores políticos definidos pelas suas ideologias de origem. Há uma profunda desconexão entre as práticas, supostamente apoiadas da educação popular, e os valores e princípios deste paradigma. Há uma mistura de elementos muitas vezes incompatíveis, como a metodologia altamente participativa da educação popular, com as finalidades dirigistas, direcionadoras e algumas vezes manipuladoras da ideologia ou teoria de origem dos agentes políticos.

É evidente que isto não funciona, ou pelo menos não funciona como educação popular, em sintonia com suas finalidades altamente humanizadoras. Pois os mediadores não podem estimular a humanização-libertação dos outros, se eles próprios não correrem o risco de vivenciar este processo, deixando de ser o que são. Não há como praticar a educação popular se mantendo isento do processo, se mantendo igual a si mesmo. A educação popular não é nunca uma prática asséptica, plenamente controlável pelos mediadores e gestores do projeto ou organização.

Se o “inédito-viável” e a “experiência-limite” são existencialmente assustadoras para os grupos populares, como afirma sabiamente Paulo Freire, eles são assustadores também para os mediadores políticos das práticas. Não há como praticar educação popular mantendo um controle alto sobre a experiência coletiva e sobre si-mesmo. Isto mostra a profunda incompatibilidade entre as ideologias dirigistas⁶ e a educação popular. A educação popular não é apenas uma metodologia “acoplável” a qualquer paradigma: ela é um paradigma completo, com metodologia, base conceitual e fundamentos ético-políticos.

Devido a seu caráter cooperativo e integrativo, a educação popular é apropriada para ser articulada a outros paradigmas, colaborando para uma formação multirreferencial dos agentes políticos do campo progressista. Mas nesta articulação a educação popular não pode ser transformada em mera metodologia, pois aí perde parte do seu potencial libertador.

Há ainda uma questão mais ampla associada à redução da educação popular a “ferramenta”. Se os mediadores e gestores dos

⁶ Uma análise sobre o dirigismo e basismo no trabalho político em educação pode ser visto em Mogilka (2019).

projetos de intervenção vivenciarem experiências realmente libertadoras, se modificando junto com o povo, provavelmente irão questionar as políticas e instâncias que estão acima deles, se estas são verticais. Isto criará um conflito, aliás necessário e saudável, pois as políticas dirigistas cobram dos mediadores resultados específicos, em sintonia com suas agendas internas.

Este conflito pode ajudar a desmascarar este uso reduzido e ilegítimo da educação popular, impedindo que ela sirva para ratificar políticas nada libertadoras. Outro resultado deste conflito é que em alguns casos ele ajuda a transformar estas instâncias superiores, levando-as, como resultado de um processo deflagrado nas bases, a rever suas finalidades e métodos. Isto é um exemplo de uma característica forte da educação popular e de todo o campo libertador: trabalhar a libertação de baixo para cima, e em múltiplas temporalidades: a curto, médio e longo prazo.

Finalizando este artigo, podemos colocar aqui algumas sugestões, inspiradas pelos princípios da educação popular, para potencializar o trabalho de desconstrução do bolsonarismo. Estas sugestões também são propostas para modificações no campo progressista; contradições e reducionismos neste campo têm sido um dos fatores a dificultar a superação da hegemonia fascista:

- 1) As respostas que o campo progressista tem dado aos avanços do bolsonarismo tem sido de baixo impacto político e pouco atraentes para a população brasileira, que tem dificuldades de se identificar com elas em alguns pontos. Entre as causas destas dificuldades está o fato que estas respostas são elaboradas muitas vezes de cima para baixo, de forma dirigista e não dialógica, horizontal e basista. Frequentemente os grupos populares sentem que não são ouvidos, embora sejam convocados na prática a apoiar as manifestações definidas pelo campo progressista;
- 2) O fascismo bolsonarista se atualizou muito, mais que as forças democráticas, incluindo aí o campo progressista; um exemplo disto é o domínio que ele já possuía, antes de 2018, das ferramentas da inteligência artificial, especialmente redes sociais e robôs de envio automático de mensagem;
- 3) As forças democráticas, e dentro destas, o campo progressista, precisam desenvolver um olhar mais complexo e profundo sobre

o real, um olhar nada simplista ou binário, que permita uma análise muito mais acurada sobre a complexa rede de fatores que mantém a extrema-direita no poder⁷. Isto aumenta nossas chances de propor alternativas e desconstruir este necropoder. Ideologias binárias, presas ao dualismo moderno, mesmo progressistas, tem dificuldade de fazer análises e propostas mais bem sucedidas, que atinjam o coração bolsonarismo. Por isto temas visto, nestes quatro anos de governo Bolsonaro, uma parte do campo progressista e os setores do neoliberalismo que se opõem ao bolsonarismo, recaírem em três situações: ou apenas reativas aos ataques fascistas, nunca protagonizando; ou elaboram discursos e propostas que afundam na oposição binária, campo favorável às táticas da extrema-direita; ou fazem propostas já bem conhecidas e gastas, com poucas chances de gerar soluções novas e agregadoras de grandes parcelas da população.

- 4) Não é possível enfrentar o fascismo com instrumentos simplistas, reducionistas e anacrônicos, especialmente no grau de enraizamento que ele atingiu no estado e na sociedade; por isso é necessário às forças democráticas (institucionais ou progressistas) o desenvolvimento rápido de mentalidades e posturas complexas; até o momento (2023) isto não tem ocorrido de forma expressiva;
- 5) Um fato que tem dificultado o enfrentamento ao bolsonarismo é que, intelectualmente, ele funciona em dois níveis bem distintos, nublando e confundindo as forças que se opõem a ele:

- Em um nível público, aparente e midiático, ele e seus agentes políticos se mostram intelectualmente primários, simplistas, binários e com limitada capacidade de planejamento; isto atraí uma parcela da população brasileira, que constitui sua base social de apoio; seus

⁷ A educação popular possui uma racionalidade complexa e não simplista, reducionista ou estruturalista de qualquer natureza; este paradigma desenvolve uma lógica baseada mais no uso do conectivo e do que ou; assim, não se identifica com afirmações do tipo: “a realidade ou é resultado de estruturas políticas, ou resultado de estruturas econômicas”; neste humanismo, entendemos a realidade das sociedades humanas como constituída por estruturas políticas e econômicas e sociais e culturais e inclusive naturais, em um jogo de interações complexas, variáveis de contexto a contexto; neste jogo complexo uma das estruturas pode exercer predominância sobre as demais, mas isto não é fixo, nem garantido, e é, na maioria das vezes, difícil de prever.

agentes políticos parecem emocionais e supostamente pulsionais, agindo “por instinto”;

- Contudo, o núcleo pensante do bolsonarismo, que não aparece ao público, tem inteligência estratégica apurada e alta capacidade de previsão; é proativo e tem projeto político de longo prazo; o bolsonarismo não tem capacidade de gestão do estado brasileiro. Sua gestão é deficiente na maioria das áreas; mas tem alta capacidade de gestão dos mecanismos de manutenção do poder, institucionais ou não.

Assim, esta dificuldade de as forças democráticas enxergarem este outro nível, oculto, da inteligência bolsonarista, levou algumas vezes estas forças a avaliarem a sua potência política de forma equivocada. Elas imaginaram um opositor incompetente politicamente no seu todo. Isto ocorreu principalmente nos três primeiros anos de mandato. Ai também a educação popular tem uma forte contribuição às forças democráticas. Isto porque lançar seu olhar à política insiste na capacidade de gerar compreensões complexas, profundas, inovadoras e não-binárias. Isto vêm, em parte, da capacidade de deslocamento, de alteridade, de descentramento da educação popular.

Referências

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão**. São Paulo: Paulus, 2005.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Difel, 1985.

MOGILKA, Maurício. **Extrema-direita, campo progressista e reconstrução da democracia no Brasil**. (Em análise para publicação). 2022.

MOGILKA, Maurício. Ascensão da extrema-direita e reconstrução do campo progressista no Brasil. PRACS: **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 13, n. 4, p. 373-474, jul./dez. 2020.

MOGILKA, Maurício. Governos progressistas na América Latina e seus impasses em contexto neoliberal. PRACS: **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 12, n. 2, p. 75-87, jul./dez. 2019).

MOGILKA, Maurício. Repensar a democracia. PRACS: **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v.7 n. 1, p. 61-81, jan.-jun. 2014.

Recebido em: *Fevereiro/ 2023*.

Aprovado em: *Março/ 2023*.